

AO ÓRGÃO PÚBLICO:

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ/RO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO

ACD/DL: 001/2026 – PROC. ADM: 61/2026

DATA: 28/04/2026 - HORA: DAS 09:00 AS 11:00 (BRAS/DF)

LOCAL: Link: www.licitanet.com.br

MENOR PREÇO POR ITEM – VEICULAR

VIGÊNCIA: 12 MESES

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

SOLICITANTE:

GENTE SEGURADORA S/A - CNPJ nº 90.180.605/0001-02

N.1- Na p. 10 do Edital consta a seguinte exigência:

A CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento remoto e presencial para acompanhamento de sinistros e suporte técnico.

Caso a condição imposta acima destacada venha ser mantida, **isso excluirá a GENTE SEGURADORA da participação do certame, o que é expressamente proibido** pela nova Legislação 14.133/2021 (artigo 9º e incisos), tendo em vista que esta seguradora não dispõe de um escritório local com corretores de plantão e nem está obrigada por lei a assim proceder.

Nesse sentido, o **TCU- Tribunal de Contas da União – em análise sobre o tema, se manifesta contrário a tal exigência**, conforme excerto abaixo:

De acordo com recente decisão do TCU - Acórdão 1176/2021 (Plenário):

*"É irregular a exigência de que o contratado instale escritório em localidade específica, **sem a devida demonstração de que tal medida seja imprescindível à adequada execução do objeto licitado**, considerando os custos a serem suportados pelo contratado, sem avaliar a sua pertinência frente à materialidade da contratação e aos impactos no orçamento estimativo e na competitividade do certame, devido ao potencial de restringir o caráter competitivo da licitação, afetar a economicidade do contrato e ferir o princípio da isonomia, em ofensa ao art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993." (Grifo nosso)*

No caso específico deste Acórdão, o Edital de um Pregão Eletrônico para contratação de empresa para gestão compartilhada de frota mediante credenciamento de rede especializada em manutenção veicular e de serviços de rastreamento **exigiu** que os licitantes apresentassem, na fase de qualificação técnica, uma **declaração** de que possuíam escritório ou de que o instalariam na cidade em questão ou em um raio aproximado, no prazo máximo de 60 dias a partir da vigência do contrato, conforme disposto no item 10.6, alínea a, do Anexo VII da IN 05/2017 da Seges/MPDG:

*10.6. Na contratação de serviço continuado, para efeito de **qualificação técnico-operacional**, a Administração poderá exigir do licitante:*

*a) **declaração** de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato; (grifo nosso)*

Convém destacar que o disposto acima trata da faculdade de se exigir dos licitantes uma **declaração de comprometimento futuro e não a imediata exigência de instalação do escritório**. O entendimento expresso no Acórdão 1214/2013-TCU-Plenário e no Acórdão 273/2014-TCU-Plenário é no sentido de que é vedada a **exigência de instalação** de escritório no local da prestação do serviço como **critério de habilitação**, sendo admitido, contudo, que tal exigência possa ser feita a partir da assinatura do contrato, desde que respaldada em análise técnica fundamentada.

Se a inclusão de tal exigência vier **desacompanhada** da devida demonstração de que a medida é necessária à adequada execução do objeto licitado, considerando os custos a serem suportados pelo contratado, **sem avaliar a sua pertinência** frente à materialidade da contratação e aos impactos no orçamento estimativo e na competitividade do certame, ela é **IRREGULAR!**

Nos termos do Acórdão 6463/2011 - TCU - 1ª Câmara:

*9.2.2. a exigência de que a empresa licitante utilize instalação própria ou localizada em uma cidade específica, **salvo quando devidamente justificada a influência que possa ter esse fato na qualidade dos serviços a serem prestados**, fere o princípio da isonomia e restringe o caráter competitivo da licitação, em ofensa ao art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93; (Grifo nosso)*

Nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 3º da Lei 8.666/93 (art. 9º, inciso I, da Lei 14.133/2021), é **VEDADO** aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar situações que **comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes ou qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato**.

Dessa forma, uma exigência como a de um escritório em localidade específica deve vir acompanhada da devida **justificativa técnica**, demonstrando sua **absoluta necessidade**, de forma a não exceder os limites da razoabilidade, restringir o caráter competitivo da licitação e impor ônus dispensável ao futuro contratado.

Por isso, deve ser analisado caso a caso a razoabilidade da exigência para verificar sua **pertinência e imprescindibilidade** para a adequada execução do objeto licitado, sob pena de **responsabilização pelos órgãos de controle**.

De mais a mais, a **GENTE SEGURADORA**, atua no mercado de seguros **há 54 anos**, e **está devidamente atualizada com a era digital**, onde, em igualdade de condições com as demais seguradoras do país, possui todos os dispositivos de telecomunicação e assim vem operando em todo o cenário nacional, sem gerar nenhum tipo de prejuízo aos seus segurados.

De igual forma, importante também, deixar claro que a atualidade caminha cada vez mais para os modelos *home office* e teleatendimento, em todos os setores de comércio e prestação de serviços, e que todos os possíveis concorrentes também adotam esse modelo. **Até mesmo as vistorias já são feitas pelo próprio segurado via envio de fotos on line**, sendo isso uma regra em vigor utilizada por todas as Seguradoras operantes no mercado.

Nesse sentido, o presente pedido de esclarecimento é para elucidar se **tal exigência de atendimento presencial será mantida no edital, mesmo que isso frustre o caráter competitivo do processo**, de acordo com o recente entendimento do TCU, acima mencionado, **ou podemos desconsiderar essa solicitação (no que tange ao presencial)?**

N.2- Na p. 10 do Edital consta a seguinte exigência:

A CONTRATADA deverá garantir atendimento a chamados emergenciais com tempo de resposta de no máximo 60 minutos na sede do município.

A GENTE SEGURADORA disponibiliza central telefônica gratuita, acessível por telefones fixos e móveis, em funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, e prima sempre, e em qualquer circunstância, pelo melhor atendimento ao cliente como uma de suas metas de qualidade e excelência, contudo, como em qualquer outro setor que utilize o sistema 0800, existem momentos esporádicos em que a demanda aumenta de forma imprevista e abrupta (exemplo: momento de catástrofes naturais em determinada região; temporais; alagamentos), onde o congestionamento de tráfego de ligações pode gerar um tempo de espera maior que o solicitado no edital, por circunstâncias alheias a vontade da licitante.

Ademais, os prestadores de serviços emergenciais são regionalizados e, dependendo do local onde a emergência ocorre, chega ser humanamente impossível cumprir com esse prazo de 60 minutos. Exemplo: Um veículo sofre um sinistro em uma localidade que está há 500 km de distância da base do guincho. Como o guincho irá chegar em 60 minutos?

Outro questionamento: o Edital fala **na sede do município**, mas e se a emergência ocorrer fora da sede do município, considerando que veículos de órgãos públicos costumemente rodam fora dos limites do município. Como a licitante irá conseguir cumprir com tal exigência?

Destarte, a GENTE SEGURADORA **deseja ter por esclarecido se esse limite de tempo de resposta de no máximo 60 minutos é uma condição absoluta para condicionar a participação no certame, ou podemos desconsiderar, frente a dinâmica peculiar de atendimento no ramo securitário?**

N.3- Na p. 13 do Edital consta a seguinte exigência:

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

Esse clausulado é típico de editais que tem por objeto prestação de obra ou serviço de natureza física/estrutural, **não sendo aplicável ao ramo de prestação de serviços de seguros. Podemos desconsiderar?**

Desde já agradecemos a atenção, e nos colocamos a disposição, caso haja necessidade de elucidações complementares. **Ficamos no aguardo das respostas desse r. Órgão, vez que temos muito interesse em participar deste certame.**

Porto Alegre/RS, 23 de abril de 2026.

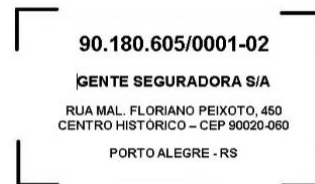


GENTE SEGURADORA S/A
CNPJ: 90.180.605/0001-02

Representante

Edvagner Max
CIN: ***.***.***.87

Os dados pessoais foram anonimados em cumprimento a Lei Geral de Proteção de Dados- LGPD Nº 13.709/2018.



GENTE SEGURADORA SA
Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 - Centro Histórico
CEP: 90020-060 - Porto Alegre - RS